

## Suzana Martins Mendes

---

**De:** AJL CANAA LICIT LTDA <ajlcanaaltda@gmail.com>  
**Enviado em:** quarta-feira, 10 de dezembro de 2025 09:28  
**Para:** COPEL - Licitações  
**Assunto:** Re: PREGAO 131 2025  
**Anexos:** FOLDER ITEM 01 (2).pdf

Bom dia Sra Pregoeira SUZANA MARTINS MENDES

Essa Licitante, AJL CANAA LICIT LTDA, CNPJ 47.457.244/0001-61, vem participando do certame do PE 90131/2025 SENADO, e em relação ao item 01, onde a empresa DINAMICA DISTRIBUIDORA, classificada em primeiro lugar, enviou proposta no dia 08/12/2025. onde cotou o produto de Marca DELTA PLUS, referencia AN13006C2, o qual não atende as especificações do Edital.

Desta forma, fomos surpreendidos com a possibilidade dada ao Fornecedor classificado em primeiro lugar DINÂMICA, para que respondesse se poderia ofertar outro produto, Acreditávamos que a empresa DINÂMICA poderia apresentar outro produto, desde que da mesma marca cotada na proposta enviada, mas nos surpreendemos com a cotação da Marca de referência MARCA: STEELFLEX, MODELO: STF CQTQ0476s solicitada em Edital, conforme especificações abaixo:

1.Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

1.1.Item 1: Trava-quedas retrátil de 6 metros

1.1.1.Descrição Detalhada:

- 

Trava-quedas retrátil com prolongador em cabo de aço galvanizado com, no mínimo, 6 metros. Diâmetro do cabo igual ou superior a 4,5 mm.

- 

Fornecido com dois mosquetões em aço com indicador de impacto, sendo o primeiro para fixação do equipamento à estrutura de ancoragem e outro para fixação ao cinto do trabalhador.

- 

Conector classe T dupla trava, abertura de 18±2mm com giro de 360° e indicador de impacto/queda.

- 

Referências comerciais para melhor identificação por parte das licitantes:

- o

Athenas, modelo AT 7071 RT CA ou similar;

- o

Steelflex, modelo STF CQTQ476 ou similar

Verificamos, a resposta acima enviada, mas divergimos, uma vez que o entendimento da Corte de Contas se restringe à omissão e obscuridade da Marca e ou Modelo. Não se trata aqui de formalismo exagerado, mas sim infringência de alguns princípios como: princípio da proposta vinculada ao Edital, bem como princípio da Isonomia.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um dos alicerces do processo licitatório no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente à luz da nova [Lei de Licitações](#) e Contratos Administrativos (Lei nº [14.133/2021](#)). Este princípio assegura que todas as disposições contidas no edital, que é o documento base de uma licitação, sejam rigorosamente cumpridas tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes.

## Importância do Princípio

Segundo a doutrina, o edital funciona como a "lei interna" da licitação. Este entendimento é amplamente aceito por autores como Hely Lopes Meirelles, que enfatiza que o edital é a norma que rege todo o procedimento licitatório, estabelecendo direitos e deveres tanto para os licitantes quanto para a Administração Pública. Qualquer desvio do que foi estabelecido no edital pode comprometer a transparência, a isonomia e a segurança jurídica do processo.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro também reforça esse conceito, destacando que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um dos pilares para a manutenção da moralidade e da legalidade na administração pública. O cumprimento estrito das regras editalícias evita que a Administração Pública aja de maneira discricionária, o que poderia resultar em favorecimentos indevidos ou em prejuízo aos demais participantes do certame.

Art. 5º As licitações serão processadas e julgadas com estrita observância dos princípios básicos da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, e nos termos desta Lei e das normas pertinentes.

. Na altura, convém lembrar que os procedimentos licitatórios devem obedecer, entre tantos outros fundamentais princípios da Administração, aos ideários de transparência, segurança jurídica, razoabilidade e vinculação ao instrumento convocatório - sabidamente a lei interna da licitação -, conforme, a propósito, dispõe o art. 5º, da Lei n. 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Enfim, para não alongar, e para evitar possíveis razões recursais, esta Licitante, tem um grande parceria com esse Órgão SENADO e nas participações até hoje, foi a primeira vez que nos deparamos com esse entendimento, o qual diverge da Lei 14133.

Mas ainda, solicitamos verificar que a empresa DINAMICA DISTRIBUIDORA, ainda em sua segunda proposta enviada cotou produto divergente do solicitado no Edital, senão vejamos:

MARCA: STEELFLEX, MODELO: STF CQTQ0476s este modelo tem trava quedas retrátil com prolongador em cabo de aço em inox, conforme folder em anexo enviado pela empresa DINÂMICA, enquanto o Edital solicita cabo de aço galvanizado, seja, o produto não atende ao Edital, conforme descrição abaixo:

1.Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

1.1.Item 1: Trava-quedas retrátil de 6 metros

1.1.1.Descrição Detalhada:

- 

Trava-quedas retrátil com prolongador em cabo de aço galvanizado com, no mínimo, 6 metros. Diâmetro do cabo igual ou superior a 4,5 mm.

- 

Fornecido com dois mosquetões em aço com indicador de impacto, sendo o primeiro para fixação do equipamento à estrutura de ancoragem e outro para fixação ao cinto do trabalhador.

- 

Conector classe T dupla trava, abertura de  $18 \pm 2$ mm com giro de  $360^\circ$  e indicador de impacto/queda.

- 

Referências comerciais para melhor identificação por parte das licitantes:

- o

Athenas, modelo AT 7071 RT CA ou similar;

- o

Steelflex, modelo STF CQTQ476 ou similar

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é, portanto, uma garantia de que a Administração Pública atuará de forma transparente e objetiva. Ele assegura que todos os participantes do certame estão submetidos às mesmas regras e condições, evitando discriminações e favorecimentos. A doutrina é unânime em afirmar que o descumprimento desse princípio não apenas compromete a lisura do processo, mas também pode acarretar em sanções para a Administração e até na anulação da licitação.

Desta forma, sugerimos e solicitamos que seja verificado por parte da CPL e da Sra Pregoeira.

Atenciosamente: AJL CANAA

Em ter., 9 de dez. de 2025 às 17:32, COPEL - Licitações <[licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br)> escreveu:

Prezado licitante, boa tarde.

Em atenção aos e-mails encaminhados, esclareço que foi oportunizado às duas empresas inicialmente convocadas a atualização da marca e do modelo ofertados, desde que mantido o valor ofertado inicialmente.

Quanto à empresa do item 1 – DINAMICA DISTRIBUIDORA –, nos termos dos **itens 10.2 e 10.2.1**, foi realizada diligência de forma a esclarecer a divergência encontrada entre o produto ofertado e o folder enviado. Após terem sido prestados os esclarecimentos necessários, foi oportunizado à empresa que atualizasse sua proposta de maneira a ofertar produto que atenda integralmente às especificações do edital. Tal medida pode ser adotada no âmbito da discricionariedade da Pregoeira, tendo em vista os princípios da escolha mais vantajosa e do formalismo moderado, desde que não haja majoração no valor ofertado e obedecidos outros princípios basilares das contratações públicas, como os da celeridade, razoabilidade e supremacia do interesse público. Ora, se a empresa detentora da melhor proposta, diante da constatação de que a marca e o modelo inicialmente ofertados não atendem integralmente as especificações do edital, demonstra a viabilidade de atualização de sua proposta, evidentemente sem majoração de valor, de modo a ofertar produto que esteja em estrita consonância com o edital, por qual razão deveria a Pregoeira negar tal procedimento?

Sobre o tema, em rápida síntese, trago a lição dos juristas Rafael Sérgio de Oliveira e Victor Amorim no artigo “O ‘novo’ pregão eletrônico: formalismo na verificação preliminar das propostas originalmente cadastradas e limites na admissibilidade de alteração *a posteriori*”:

*“[...] De acordo com a Corte de Contas, havendo omissão ou obscuridade na indicação de marca e/ou modelo, deve o Pregoeiro, antes de proceder a desclassificação, assegurar à licitante o esclarecimento ou complemento da informação, porquanto tratar-se-ia de matéria passível de diligência. Assim, diante da incisividade do entendimento pretoriano, convencionou-se que o licitante que venha a apresentar a melhor proposta, praticamente terá o direito adquirido a complementação das informações, ainda que, nos campos próprios do sistema, tenha se limitado a registrar: ‘conforme o edital’. Dito isso, cumpre indagar: **se para o licitante que omite a indicação de marca/modelo deve ser assegurada a possibilidade de consumir, de forma posterior, sua proposta, por qual razão aquele licitante que, ao se ater às informações mínimas exigidas no edital (ou no sistema), indica, de modo inequívoco, a marca e modelo, não terá o mesmo tratamento? A nosso ver, a aplicação do entendimento do TCU (com a qual concordamos, diga-se de passagem) não pode conduzir a um paradoxo ou tautologia** [grifou-se] [...]”*

*[...] Em suma, **enquanto o sistema impor o registro de marca e modelo para cadastramento da proposta, permanece a nossa defesa quanto a possibilidade de alteração da informação por parte do licitante detentor da proposta mais vantajosa, não havendo, quanto a tal aspecto, uma vinculação absoluta da proposta originalmente cadastrada, em especial pelo fato de tal informação não ter influenciado em nada a disputa durante a fase de lances**” [grifos do original]*”.

Quanto à empresa dos itens 2 e 3 - **EDYTUDO COMERCIO DE FERRAGENS E VARIEDADES LTDA**, a proposta foi desclassificada, nos termos do **item 10.1.6.2** do edital, tendo sido convocada a próxima da lista, consoante o previsto no item 9.1.2 do edital, não restando, portanto, qualquer questionamento a ser feito.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

**Suzana Martins Mendes**

Pregoeira

Coordenação de Processamento Externo de Licitações

Senado Federal | SADCON | COPEL



---

**De:** AJL CANAA LICIT LTDA <[ajlcanaaltda@gmail.com](mailto:ajlcanaaltda@gmail.com)>

**Enviada em:** terça-feira, 9 de dezembro de 2025 15:43

**Para:** COPEL - Licitações <[licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br)>

**Assunto:** Re: PREGAO 131 2025

Conforme Edital do PE 90131/2025, inadmissível trocar a marca do produto ofertado, uma vez que já havia enviado a proposta, sendo que o produto da proposta enviada não atende ao Edital. Estamos tratando de um Pregão ou Dispensa. O SENADO, sempre busca o princípio da igualdade e transparência, não sendo um ato meramente formal. Sugerimos verificar quanto a essa decisão de aceitar nova proposta com produto de marcas diferentes, totalmente contrário ao Edital.

Atenciosamente: AJL CANAA

Em ter., 9 de dez. de 2025 às 15:33, AJL CANAA LICIT LTDA <[ajlcanaaltda@gmail.com](mailto:ajlcanaaltda@gmail.com)> escreveu:

Sra Pregoeira!

Causa bastante estranheza durante o certame, a empresa cotar produto divergente do Edital e darem prazo para trocar a marca do produto. Foge totalmente do que diz o Edital conforme informado acima. As empresas teriam que ser desclassificadas a fim de evitar razão recursal futuramente.

Mensagem do Pregoeiro

Para 37.544.176/0001-14 - Sr. Licitante, tendo em vista o princípio da escolha mais vantajosa, concederei prazo adicional de 15 minutos para que a empresa avalie a possibilidade de fornecimento de marca/modelo que atenda integralmente às especificações do edital. Caso contrário, sua proposta será desclassificada, nos termos do item 10.1.6.2 do edital.

Enviada em 09/12/2025 às 15:21:10h

Em ter., 9 de dez. de 2025 às 15:25, AJL CANAA LICIT LTDA <[ajlcanaaltda@gmail.com](mailto:ajlcanaaltda@gmail.com)> escreveu:

5.3.

Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1.

proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2.

proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4.

Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

A proposta será desclassificada quando:

10.1.6.1.

contiver vícios insanáveis;

10.1.6.2.

não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

Essa Licitante, vem participando do PE 131/2025 item 01, e a primeira empresa classificada em primeiro lugar cotou produto divergente do solicitado no Edital, caso de desclassificação conforme Edital.

Por gentileza, analisar.

Atenciosamente AJL CANAA LICIT LTDA, CNPJ 47.457.2440001-61